

SUMÁRIO

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS UTILIZADOS	15
INTRODUÇÃO	17
1 – A RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATO LÍCITO	25
1.1 Excurso histórico	25
1.2 Fundamentos legitimadores	34
1.2.1 O princípio da igualdade na repartição dos ônus e encargos públicos como parâmetro caracterizador da responsabilidade estatal. O contributo francês	34
1.2.2 O sacrifício especial como pressuposto caracterizador do ato lícito danoso indenizável. O contributo alemão	46
1.3 Ressarcimentos, compensações e indenizações: premissas de um câmbio conceitual	48
1.4 Os limites do dano ressarcível e as propostas da doutrina e jurisprudência clássicas para a composição dos danos oriundos de atos estatais lícitos	53
1.4.1 A indenizabilidade como “compensação do dano motivado e consciente do legislador” – (concepção alemã).....	56
1.4.2 A indenizabilidade como “conversão pecuniária do bem ou direito sacrificado/expropriado” – (concepção italiana).....	61
2 – A RESPONSABILIDADE DO ESTADO LEGISLADOR.....	69
2.1 Concepções teóricas iniciais	69
2.1.a) O presságio de Duguit	69
2.1.b) Os contrapontos doutrinários e a irradiação de teses sobre a teoria do Estado legislador	74

2.2	O labor teórico-constutivo do <i>Conseil d'État</i> francês: a responsabilidade pelo fato das leis como fruto do pragmatismo	78
2.2.1	O <i>arrêt La Fleurette</i> como quebra de um paradigma. Consolidação prática de uma nova tendência jurisprudencial?	80
3	A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO ESPANHOL	87
3.1	Síntese evolutiva.....	87
3.1.1	A fase pré LEF/1954	87
3.1.2	A fase pós LEF/1954.....	92
3.2	Marco jurídico atual: a responsabilidade administrativa à luz da Lei 30/92, de 26 de novembro, do Regime Jurídico das Administrações Públicas e do Procedimento Administrativo Comum (LRJAP y PAC/92)	95
3.2.1.	A responsabilidade patrimonial do Estado pelo funcionamento normal dos serviços públicos.....	98
3.2.2	A responsabilidade do Estado legislador como uma “anomalia” ..	106
4	A ATIVIDADE LEGISLATIVA SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO ESPANHOLA DE 1978.....	109
4.1	A força normativa da Constituição	109
4.2	O papel da lei no vigente sistema constitucional normativo: a lei como ato normativo coadjuvante.....	114
4.3	A lei e sua diversidade tipológica	115
4.3.1	A depreciação da concepção clássica de norma jurídica: a lei em forma e conteúdo	115
4.3.2	A simbiose legislativa: da generalidade ao particularismo: do racionalismo ao decisionismo.....	118
4.4	A lei e o seu biotipo contemporâneo	135
4.5	O pluralismo legislativo no contexto da CE/78	139
4.6	Existe um conceito unitário de lei na Constituição?.....	140
4.7	O sistema legislativo de elaboração das leis.....	142
4.7.1	Processo legislativo: especial referência às leis orgânicas e ordinárias.....	142
4.7.2	A lei como ato normativo do tipo complexo	145
4.8	A capacidade interventiva do legislador.....	153
4.8.1	A lei como instrumento de concretização do Estado social.....	153
4.9	A intervenção legislativa na CE/78	156

4.9.1	Atos de conformação.....	156
4.9.2	Atos de intervenção.....	160
5	– LIMITES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE LEGISLAR.....	209
5.1	Retrato de uma atividade extremadamente modulada	209
5.2	Limitações constitucionais verticais	210
5.3	“Condicionamentos” constitucionais horizontais	217
6	– A LEI COMO ATO IMPOSITOR DE DANOS E IRRESPONSABILIDADES	225
6.1	A imperatividade da lei como mecanismo impositor de danos.....	225
6.2	Lesão ressarcível: uma atrofia conceitual a serviço da implementação da (falsa) legalidade. A imperatividade como instrumento de imposição de irresponsabilidades.....	230
7	– A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO LEGISLADOR NO DIREITO ESPANHOL	235
7.1	Admissibilidade e desdobramentos	235
7.1.1	A responsabilidade de todos os poderes públicos na Constituição Espanhola de 1978: a tese do Estado legislador responsável	235
7.1.2	Retrato de uma jurisprudência cambiante	238
8	– A RESPONSABILIDADE DO ESTADO LEGISLADOR NA LRJAP Y PAC/92.....	313
8.1	A falibilidade técnica do art. 139.....	313
8.2	Críticas à hipótese indenizatória dos danos não expropriatórios prevista no art. 139.3.....	329
8.3	Os danos indenizáveis à luz do art. 141: parâmetros conceituais	333
8.4	A tendência jurisprudencial pós 92.....	336
9	– A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR LEIS INCONSTITUCIONAIS	339
9.1	A declaração de inconstitucionalidade como <i>prius</i> e condição de procedibilidade ao dever estatal de indenizar	339
9.1.1	Balço crítico.....	339
9.1.2	A doutrina dos efeitos prospectivos (TC) <i>versus</i> a doutrina da <i>actio nata</i> (TS): o conflito interjurisdicional como entrave ao reconhecimento da responsabilidade civil do Estado por atos legislativos inconstitucionais	348

9.1.3	A culpa na e da ilicitude	361
9.2	Supostos indenizáveis	363
9.2.1	Atos legislativos de natureza expropriatória (expropriações <i>ope legis</i>)	363
9.2.2	Atos legislativos de conteúdo <i>não</i> expropriatório	366
10	- A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR LEIS CONSTITUCIONAIS	393
10.1	A imposição de sacrifício como expressão do dano legislativo	393
10.2	O sacrifício especial como um conceito híbrido e excludente?	403
10.3	A concentração tricotômica da doutrina. Incurso sobre as possíveis hipóteses indenizáveis	407
10.3.1	Correntes doutrinárias: formação e deslinde	407
10.4	“Reações” jurídicas do ordenamento	439
10.4.1	A benevolência do legislador	439
10.4.2	O beneplácito do juízo ou tribunal judicante	440
10.4.3	Um caminho admissível	441
10.5	Reflexões apriorísticas sobre um Estado legislador (ir)responsável	451
11	- A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS LEGISLATIVOS OMISSIVOS	461
11.1	Breves considerandos	461
11.2	O influxo interpretativo do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias sobre o tema da inconstitucionalidade por omissão no contexto espanhol	466
	CONCLUSÕES	469
	REFERÊNCIAS	479
	ANEXO DE JURISPRUDÊNCIAS CITADAS	495
	ÍNDICE ALFABÉTICO	499